

**"OS CORVOS AINDA NOS SOBREVOAM": SOBRE JAMAIS O FOGO
NUNCA , DE DIAMELA ELTIT**

Resumo: A partir do romance de Diamela Eltit *Jamais o fogo nunca* (2007), o presente trabalho indaga de que maneira a narrativa literária intervém numa discussão que se insere no campo da biopolítica, em torno do conceito de vida, discussão esta que atravessa os campos do direito, da biologia, da medicina e da filosofia. No romance, a palavra "célula" que aparece repetidamente, adquirindo diversas significações, é o ponto de partida para se pensar nas complexas articulações entre o biológico e o político.

Palavras-chave: vida, política, corpo.

I

Se a gente procura pensar filosoficamente o conceito de vida hoje, é claro que o pensamento de Agamben se torna incontornável, especialmente os livros que compõem o conjunto do *Homo Sacer*, em que desenvolve essa noção, que será central em seu pensamento em torno da biopolítica, que é a de “vita nua”. Se a tradição metafísica postula “o humano” como *articulação* de dois elementos - corpo/ alma, natureza/logos, animalidade/humanidade - Agamben propõe pensá-lo a partir da *desconexão* desses elementos, de sua disjunção. No primeiro livro da série, o *Homo Sacer* (I), ele postula que “a prestação fundamental do poder soberano é a produção de *vita nua*” (2017, p. 295) e que esta *vita nua* “funciona no limiar da articulação entre *zoé* e *bios*” . Já no último livro com que conclui a série, *O uso dos corpos* (2017), propõe um conceito positivo, que em certa medida se contrapõe ao de *vita nua*, que é o de “forma de vida”, que seria “uma vida em que nunca é possível isolar ou manter separado algo como uma vida nua” (2017, p.233). Dessa forma, Agamben faz uma revalorização do termo *zoé*, (que não poderia coincidir com o de *vita nua*), no sentido de que “na forma de vida está em jogo o próprio viver” (p. 235). “Uma vida política, ou seja, orientada pela ideia de felicidade e reunida numa forma-de-vida, só é pensável a partir da emancipação com relação a essa cisão” (p. 236).

Nos últimos anos, esse “próprio viver” é o campo de investigação de pesquisadores advindos de diferentes áreas, especialmente da antropologia: por exemplo, Paul Rabinow e Nikolas Rose (2003), Sarah Franklin (2000), Didier Fassin

(2012), Petryna (2002). Eles vêm se referindo a diversas maneiras de se entender o “próprio viver”, ou a “vida em si” (“life itself” ou “life as such”, diz Fassin), num sentido que havia sido proposto por Foucault no curso de 1978, *Nascimento da biopolítica* (2008), mas que ele acabou abandonando, ao encaminhar seu interesse na direção da governabilidade, isto é, da intervenção do Estado na vida humana entendida em termos de populações. Entre essas pesquisas surgiram algumas concepções que se afastam tanto da “vita nua” quanto da “forma de vida”. Por exemplo, a noção de “biocidadania” ou cidadania biológica, que propõe a antropóloga Adriana Petryna, em seu livro *Vidas expostas*, para se referir ao status político específico que receberam as vítimas do desastre de Chernobyl, ou a que recebem alguns imigrantes ilegais na Europa se comprovarem uma doença grave. De maneira que vidas expulsas de seus direitos, nuas, precarizadas, recebem, por essa mesma condição, a possibilidade de inclusão dentro do âmbito do direito.

Este trabalho se insere dentro dessas problemáticas, procurando pensar diferentes articulações entre a noção de vida e de política. O romance da escritora chilena Diamela Eltit, *Jamais o fogo nunca* (2017), resulta instigante nesse sentido, e me parece falar da vida que *resiste* nesse hiato que se dá, no corpo, entre uma vida política e uma vida biológica, para além ou por fora da noção de precariedade que define a *vita nua*. No último texto publicado por Deleuze (2002 [1995]), “A imanência: uma vida”, ele exemplifica essa idéia da imanência a partir de um episódio do último romance de Charles Dickens, *Nosso amigo comum*. “Um canalha, um mau sujeito, desprezado por todos, está para morrer e eis que aqueles que cuidam dele manifestam uma espécie de solicitude, de respeito, de amor, pelo menor sinal de vida do moribundo. Todos se aprestam a salvá-lo, a tal ponto que no mais profundo de seu coma o homem mau sente, até ele, alguma coisa de terno penetrá-lo. Mas à medida que ele volta à vida, seus salvadores se tornam mais frios, e ele recobra toda sua grosseria, toda sua maldade. Entre sua vida e sua morte, há um momento que não é mais do que aquele de uma vida jogando com a morte” (2002, p.11). Esse momento é o da pura imanência da vida, “neutra, para além do bem e do mal, uma vez que apenas o sujeito que a encarnava no meio das coisas a fazia boa ou má. A vida de tal individualidade se apaga em favor da vida singular imanente a um homem que não tem mais nome, embora ele não se

confunda com nenhum outro. *Essência singular, uma vida...*" (p.11, itálica minha) Essa "vida em si" é o que eu vou tentar pensar aqui como campo de problemas epistemológicos, éticos e políticos, mas sobretudo na medida em que se inscreve na linguagem e que a literatura opera deslocamentos de sentidos em torno dela.

II

Em 30 de outubro de 1975 o general Franco caiu em coma. Dias antes, tinha acabado de assinar as últimas sentenças de morte de oito ativistas do ETA (Euskadi Ta Askatasuna) e do FRAP (Frente revolucionário antifascista y patriótico). Antes de entrar em coma, Franco tinha tido 3 paradas cardíacas, além disso tinha Parkinson, úlcera hemorrágica que fez com que retirassem boa parte de seu estômago, uma peritonite bacteriana, insuficiência renal aguda, tromboflebitis e neumonía. Apesar desse quadro, o general foi mantido vivo com ajuda de aparelhos e passou por inúmeras intervenções quirúrgicas, até que, finalmente, morreu "oficialmente" em 20 de novembro de 1975.

No curso que ministrou no College de France entre 1975 e 1976, "Em defesa da sociedade", Foucault disse, sobre a morte de Franco:

(...) é um evento apesar de tudo muito, muito interessante, pelos valores simbólicos que faz atuar, uma vez que morre aquele que tinha exercido o direito soberano de vida e de morte com a selvageria que vocês conhecem, o mais sanguinário de todos os ditadores, que havia feito reinar de modo absoluto, durante quarenta anos, o direito soberano de vida e de morte e que, na hora que ele mesma vai morrer, entra nessa espécie de novo campo do poder sobre a vida que consiste não só em organizar a vida, não só em fazer viver, mas, em suma, em fazer o indivíduo viver mesmo além de sua morte. (...) Eu creio que o choque entre esses dois sistemas de poder, o da soberania sobre a morte e o da regulamentação da vida, acha-se simbolizado nesse pequeno e alegre evento. (1999, p.296)

É a partir desse evento da morte de Franco, e do comentário de Foucault, que proponho ler o romance *Jamais o fogo nunca*, publicado originalmente em 2013 e traduzido para o português em 2017. Trata-se, do monólogo de uma mulher que vive confinada com seu marido num quarto e se dirige a ele, com quem compartilhou um passado de militância clandestina, lembrando momentos dessa luta. Logo no começo, a narradora diz:

“Não consigo dormir e, entre os minutos, através dos segundos que não chego a precisar, se intromete uma inquietude absurda mas que se impõe como decisiva, a morte, sim, a morte de Franco. Não consigo lembrar quando Franco morreu.” (p.14).

Essa inquietude, que insiste como modo de buscar ancorar e ordenar os fatos do passado, parece remeter - à luz do comentário de Foucault- não só a uma angústia pela imprecisão da memória, à dificuldade de lembrar uma data, mas também à dificuldade de estabelecer com precisão a linha divisória entre a vida e a morte. Se perguntar quando exatamente morreu Franco implicaria também se perguntar -simultaneamente- quando morre um corpo e quando morre um projeto político. No romance de Diamela Eltit, a narrativa parece uma busca por dar conta dessa zona difusa, em que morte e sobrevivência se entrelaçam aos corpos que são percebidos ora como matéria vivente, ora como sujeitos políticos. Conforme vamos descobrindo no monólogo da narradora, na juventude, o casal fazia parte de uma ‘célula’ clandestina, isto é, de uma organização que lutava contra a ditadura de Pinochet. Uma célula: essa é a palavra que a linguagem da militância clandestina utiliza - já desde o século XIX -para se referir a uma organização ou organicidade piramidal que consiste na divisão em unidades pequenas, as células, cada uma com poucos integrantes e com uma certa autonomia funcional. Fora os líderes, os integrantes de uma célula desconhecem os integrantes das outras células, de modo que não possam delatá-los caso sejam capturados pelos militares. “Dez? Éramos dez? eu lhe pergunto, da cadeira. (...) A célula, a primeira, aquela em que havíamos nos outorgado funções, nossa célula, pequena, pequena, mas dedicada, perfeitamente engrenada em suas partes (...) uma célula harmónica regida pelos anos mais juvenis que tivemos e fazia com que confiássemos em nós mesmos e na nossa capacidade e discrição” (p. 61).

No presente da narração, essas células estão mortas, e os seus integrantes, que sobrevivem a ela, estão envelhecidos e com os corpos deteriorados. Porém, a narradora se refere à vida do casal com o mesmo termo que no passado, só que agora muda de sentido: “Somos uma célula, uma única célula clandestina enclaustrada num quarto” (p.30), diz ela. De fato, a palavra “célula” etimologicamente vem do latim e significa "quarto pequeno" (dai vem também a palavra “cela”).

Do ponto de vista da biologia, historicamente o organismo foi compreendido como uma unidade individual de vida, um todo constituído de partes (órgãos) que conformam um conjunto integrado de funções (cf. Jacob, 1983, p. 81) e que de certa forma possuem uma vida independente, mas estão integrados em unidades de ordem superior e se submetem ao organismo como um todo. A célula foi definida como a unidade elementar que possui todos os atributos do ser vivo, sendo a origem necessária de todo corpo organizado (Jacob, 1983, p. 127). De maneira que essa, que é a unidade mínima da vida, de “uma vida” (como diz Deleuze), é, no romance, ao mesmo tempo a metáfora da organicidade revolucionária e da fusão simbiótica na qual o casal encontra o modo de sobreviver à velhice e ao fracasso da vida política. Uma mesma linguagem nomeia a experiência privada e a comum. Ou, poderíamos dizer, a experiência privada *do* comum. É como se essa continuidade vocabular garantisse uma proteção imunitária: servindo-se da mesma linguagem dos quadros políticos do passado para se pensar no presente, e privilegiando o enclausuramento e a clandestinidade, a narradora parece propor que a vida do casal (a vida de cada um e do casal como casal) se sustenta - sobrevive- pelo compartilhamento tanto de um mesmo fracasso e de sua inscrição no corpo, quanto de uma mesma língua. Porque “o comum” agora refere apenas aos dois corpos, às duas vidas encapsuladas em si mesmas:

tal vez o mais sensato fosse dizer de uma vez por todas: *nosso* corpo, para assumir que estamos *fundidos numa mesma célula*, na célula que somos e que nos dispara já em direção à crise, uma crise celular ou um estado celular deteriorado...(p. 66, itálica minha).

Essa frase, repetida no romance com diferentes matizes, me parece conter um tom crítico e também político ou micro-político importante. Pois nessa fusão entre corpos, entre duas vidas unidas por uma mesma história e uma mesma crise, parece se perder tanto a ideia de individualidade como a de relação. Como poderia haver relação entre dois corpos que se percebem como um? Nesse sentido, é interessante voltar à biologia porque a biologia que, como disse acima, reconhecia a célula como unidade mínima e *individual* da vida, tem introduzido uma nova lógica para pensar a individualidade. De acordo com esta visão "o organismo é relacional não apenas como uma unidade que se relaciona com outras em contextos de dualidade. A existência é relacional em si mesma e a individualidade é um processo, um devir que se define em

dupla configuração simultânea e indissociavelmente aberta e fechada, em diferenciação e integração. Ao mesmo tempo em que se delimita uma fronteira de interioridade em relação à uma exterioridade, esta não pode ser pensada como uma mônada em que “interno” e “externo” são demarcações separáveis.” (Czeresnia e Fernandes Medina, sd). É a lição que Deleuze aprende com Simondon, quem aponta que “para pensar a individuação é preciso considerar o ser não como substância ou matéria, ou forma, senão como sistema tenso, sobressaturado, acima do nível da unidade, consistindo não apenas nele mesmo, e não podendo ser pensado adequadamente mediante o princípio do terceiro excluído; o ser concreto, o ser completo, quer dizer o ser pré-individual, é um ser que é mais que a unidade” (Simondon, 2005, p. 25). Dai talvez devem o malestar que surge no relato (e no leitor) a partir dessa ideia de fusão como o que predomina na vida do casal, uma relação (ou anti-relação) que não remeteria a uma multiplicidade (deleuzianamente falando) nem a uma ideia de individuação e sim a uma substância que vai se auto-aniquilando por sua própria organicidade/ organização. Assim, a vida sobrevive, mas - paradoxalmente- ao preço de sua imobilidade.

E o que sobrevive de uma célula política quando devem célula- familiar, família essa unidade mínima do corpo político, *funcional* ao Estado? Para a narradora, o casamento é “uma organização primitiva, geradora da pior classe de exploração”, e na versão dela, ele parece reproduzir, na relação dos gêneros, a hierarquização e opressão que a “célula revolucionária” tentava precisamente combater. Nos jogos de significantes criados pela narradora, além da continuidade criada entre a célula revolucionária e a célula familiar que espelha e inverte sua funcionalidade, o corpo individual e sua deterioração também parece remeter ao corpo social deteriorado. O casal sobrevive, e sobrevive enquanto casal, os dois corpos parecem con-fundir-se em um, mas o casamento parece ter deixado de ser funcional. A comunicação entre os dois parece ter se reduzido a um a “acomodarse dos corpos”. A narradora cuida do marido, do corpo fragilizado dele, mas é um cuidado frio, desapasionado, sem lugar para palavras de delicadeza ou de amor. “Não me incomode”, “você não me escuta”, “não responde” são frases que se repetem ao longo da narrativa.

A narradora não faz referências à ditadura, nem aos fatos que envolviam o movimento político que os dois integravam, para além daquela célula deles. Como se não houvesse exterior a essa célula, como no caso do quarto onde o casal, exausto e envelhecido, passa os dias: somos “uma única célula clandestina enclaustrada num quarto, com uma saída controlada e cuidadosa à cozinha ou ao banheiro” (p. 30). Mas, aos poucos, ela vai deixando vislumbrar uma morte trágica que pesa sobre ambos, a do pequeno filho do casal, o menino de dois anos que, doente, não pôde ser levado ao hospital por causa da condição de clandestinidade. O filho morre, o casal sobrevive *graças* a essa morte.

A partir de uma re-significação da moral do sacrifício própria das organizações revolucionárias -e a morte do filho é a prova mais cabal dessa moral - a narradora indaga nas "fisuras abiertas por la dimensión de la experiencia individual de los militantes" (Rosano, 2015, p. 296), dimensão esta, a do indivíduo, que só pôde ser recuperada a partir da distância temporal e ressignificando, como foi dito acima, a própria noção de individualidade, que nos convidaria a pensar - pelo avesso- numa noção de individuação. O monólogo da narradora avança a partir de imprecisões, misturando memória e imaginação ou, para sermos mais precisos, memória e delírio. Pois é nesse plano em que se elabora o luto e se convive com a marca do passado no presente. “Não sei. Não posso garantir nada. O menino nasceu morto ou morreu aos dois anos. Ou não nasceu.” (p. 164) A narradora também sugere, mas não afirma, que o filho poderia ser fruto da violência e o estupro que a narradora sofrera no tempo em que esteve presa (o marido pergunta, sobre o filho “de quem é? de quem é?” e ela responde “de qualquer um, de todos, que importa.”); ela fantasia com a ideia, cujo grau de paranoia é difícil de determinar, de que o marido desejasse sua morte durante o parto, não procurando ajuda no momento em que ela quase se dessangrava; devaneia pensando que ela mesma teria sido culpável da célula ter caído, e vê seus antigos companheiros de célula (provavelmente mortos) permanentemente perambulando pelo quarto, como se o tempo estivesse suspenso, ou como se tivesse morto o tempo histórico, o tempo dialético da revolução / redenção. Talvez poderíamos pensar que esse plano da memória-delírio se situa aquém do “bios” e além da “zoé”. Como disse no início, há muitas formas de se pensar a vida que resiste, que sobrevive, nesse interstício entre o

biológico e o político, para além da “vida precária”, ou “vita nua” formulada por Agamben.

Há um episódio na história do Chile, extremamente triste e revoltante, que neste sentido se mostra particularmente interessante: Pinochet, arrestado em 1998, por ordem do Juiz espanhol Baltazar Garzón sob acusação de violação de direitos humanos, genocídio, terrorismo internacional, torturas e desaparecimento de pessoas, conseguiu driblar a justiça com a justificativa de “causas humanitárias”, pois sua defesa alegou “graves problemas de saúde” que o impediriam de enfrentar sua condena (em 1999). A lição que podemos tirar daí, diz o antropólogo francês Didier Fassin (2012) in “Another politics of life is possible”, é que a legitimidade de sua supostamente ameaçada vida biológica se sobrepõe na avaliação de sua vida política (2012, p. 8) e que essa “biolegitimidade tem se tornado uma questão crucial nas economias morais das sociedades contemporâneas. O que me parece emergir do romance de Diamela Eltit é o avesso da “defesa” de Pinochet: diante da cisão entre o sujeito político e o indivíduo biológico, que pode chegar a eximi-lo de assumir uma condena, esse casal que outrora lutava contra sua ditadura não pode se conceber senão numa continuidade dessas duas instâncias. Se a vida para eles tem se reduzido a um mero cuidado com os corpos, isto é, à manutenção da própria vida, ela *resiste* justamente porque é uma continuidade (‘celular’, ‘orgânica’) com um projeto político.

Assim, no romance de Eltit, na disseminação de sentidos da palavra “célula” insinua-se algo como um limiar entre ser humano e pessoa, privado e coletivo, entre biológico e político, psíquico e histórico. Um limiar frágil e flutuante cuja exploração será cada vez mais crucial num momento marcado tanto pela intervenção da ciência (e do Estado) sobre o “fazer viver” e o regulamento da vida, quanto pela História recente, atravessada pelo “fazer morrer” e a soberania sobre a morte. A narrativa explora esse espaço ambíguo e complexo a partir de continuidades, descontinuidades e deslocamentos de sentidos, em que muito mais do que memórias individuais emergem campos de problemas e em que, como disse Diamela em entrevista recente, “como corvos, as ditaduras ainda nos sobrevoam”.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

_____. *O uso dos corpos*. (Homo Sacer, IV, 2). São Paulo: Boitempo, 2017.

CZERESNIA, Dina e FERNANDES MEDINA, Daniela. “A filosofia de Gilbert Simondon e a noção de relação em biologia”. (No prelo)

DELEUZE, Gilles. “L'immanence: une vie”. Paris, *Philosophie*, n.47, septembre 1995, p.4-7.

_____. “A imanência: uma vida.” Em *Revista Educação e Realidade*, n. 27, jul-dez 2002, p. 11-18.

ELTIT, Diamela. *Jamais o fogo nunca*. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2017.

ESPOSITO, Roberto. *Tercera Persona. Política de la vida y filosofía de lo impersonal*. Buenos Aires: Amorrortu, 2009.

FASSIN, Didier. “Another politics of life is possible”. *Theory, Culture & Society* 2009 (Sage, Los Angeles, London, New Delhi, and Singapore), Vol. 26(5): 44–60

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

JACOB, F. *A Lógica da Vida: Uma História da Hereditariedade*. Rio de Janeiro, Graal. 1983.

PETRYNA, Adriana. *Life exposed. Biological citizens after Chernobyl*. Princeton: Princeton University Press, 2002.

SIMONDON, Gilbert. *L'individuation à la lumière des notions de forme et d'infotmation*. Grenoble: Millon, 2005.

RABINOW, Paul e ROSE, Nicolás. "Thoughts on the concept of biopower today."
Disponível em www.urbanlab.org/articles/Rabinow%20and%20Rose-BiopowerToday03.pdf

ROSANO, Susana. "Los héroes y los muertos: sobre la violencia revolucionaria de los años setenta". Em *Badebec* - vol. 5 N° 9, septiembre, 2015.

VIDAL, Paloma. "A literatura como resistência no romance de Julián Fuks". Disponível em <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/a-literatura-como-resistencia-no-romance-de-julian-fuks-18220517#ixzz4tKwaIu9g>